

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Samara da Felicidade Abreu¹
Mateus Zanirate de Miranda²

mateus.zanirate@engenharia.ufjf.br

ÁREA DO CONHECIMENTO: Engenharias

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; inclusão; NBR 9050/2015.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade vem sendo uma questão de extrema relevância nos dias atuais. Evidenciando uma crescente conscientização sobre a importância de garantir um direito básico visando que todas as pessoas tenham oportunidades, igualdades e possam participar integralmente na sociedade, independente de suas capacidades físicas ou sensoriais. Esse direito é respaldado por legislações e regulamento em diversos países, cujo propósito é garantir indivíduos com deficiência não sejam impedidos de exercer seus direitos e oportunidades devido a barreira física ou social (Silva, 2019). No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabeleceu diretrizes nítidas para fomentar a inclusão social e garantir a acessibilidade em vários setores, como transporte, arquitetura, espaços urbanos, informação e comunicação, além de orientar as adaptações arquitetônicas nas escolas, assegurando que todos os espaços sejam projetados de maneira acessível e inclusiva, permitindo o pleno desenvolvimento e participação dos alunos (Brasil, 2015). Esta legislação representa um progresso significativo assegurando os direitos das pessoas com deficiência, apesar de enfrentar desafios ainda persistentes, principalmente em ambiente escolar. A inclusão e a acessibilidade são pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades é essencial promover uma educação de qualidade e com o desenvolvimento social como um todo (UNICEF, 2018) especialmente no contexto educacional. Nas Escolas Públicas do Interior de Minas Gerais, a realidade da acessibilidade muitas vezes contrapõe com as diretrizes estabelecidas, falta de recursos adequados, barreiras físicas e a necessidade de conscientização sobre a importância da inclusão continuam sendo um desafio significativo (Santos *et al.*, 2019). A acessibilidade não se limita apenas às adaptações físicas, mas engloba aspectos culturais, organizacionais e sociais permitindo com que todos os indivíduos usem de modo seguro e autônomo serviços, espaços e recursos (Saad, 2017). Seguir diretrizes como a Norma Brasileira 9050:2015 é crucial para engenheiros, arquitetos e outros profissionais contribuir efetivamente na construção de ambientes acessíveis e inclusivos (Fernandes *et al.*,

¹ Aluna do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Univértix.

² Coordenador do curso de engenharia civil, professor do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Univértix.

2018). No Brasil, existem seis tipos de acessibilidade identificados por Sasaki (2006): arquitetônica, comunicacional, instrumental, atitudinal, programática e metodológica. Cada um desses tipos aborda desde a adaptação física de ambientes até a promoção de atitudes inclusivas e o desenvolvimento de políticas que favoreçam a inclusão. A implementação efetiva da acessibilidade nas escolas requer conformidade com normas técnicas como a NBR 9050/2015 (ABNT, 2015), que estabelece critérios detalhados para edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos acessíveis. Essas normas visam garantir que pessoas com deficiência tenham condições adequadas de acesso, movimentação e uso de serviços essenciais, como salas de aula, banheiros, corredores e áreas comuns dentro das escolas (Fernandes *et al.*, 2018). A falta de acessibilidade não apenas restringe o acesso físico das pessoas com deficiência, mas também limita a participação e integração social das pessoas com deficiência (Gasparoto, 2012). Portanto, é fundamental que as escolas não só atendam às exigências legais, mas também adotem práticas inclusivas que promovam a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade de uma escola pública do interior de Minas Gerais, utilizando como referência a Norma Brasileira 9050/2015 da ABNT. Trabalhos como este são importantes para identificar lacunas e sugerir melhorias concretas para promoção de um ambiente escola verdadeiramente inclusivo.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota a abordagem de estudo de caso conforme descrito por Gil (2010), esta metodologia consiste em uma análise detalhada e minuciosa das condições de acessibilidade de uma escola pública com mais de 600 alunos localizada no Interior de Minas Gerais, localizada em uma cidade cuja sua principal fonte econômica é agropecuária, com destaque na cafeicultura (IBGE, 2023). A coleta de dados foi realizada em junho de 2024, utilizando o instrumento de inspeção "Questionário de Observação Aplicado", validado por Pereira (2013) e adaptado por Santana (2017). Esse instrumento possui 18 questões, tanto objetivas quanto abertas, que abordam aspectos arquitetônicos, relacionado a acessibilidade, envolvendo áreas de circulação, entradas, sala de aula e banheiros, com foco na análise da acessibilidade na arquitetura. A pesquisa foi conduzida após a autorização formal da direção, onde foi explicado os objetivos e métodos do estudo e ressaltado que as informações obtidas serão utilizadas para fins científicos e acadêmicos, assegurando o cumprimento com os protocolos éticos e o consentimento informado dos participantes, com análise em áreas relevantes para realizar observação e medições detalhadas. Para a coleta de dados, foram empregadas pranchetas contendo roteiros de inspeção detalhados, e trenas para realizar medições precisas. As informações coletadas foram posteriormente tabuladas e analisadas seguindo critérios pré-definidos, assegurando a confiabilidade e precisão dos resultados obtidos. A análise segue os critérios apresentados pelo instrumento de inspeção, para compreensões das interações entre os aspectos do ambiente escolar que afetam alunos com deficiências serão avaliadas a luz da NBR 9050/2015.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão em fase de análise e processamento, contudo, uma avaliação preliminar demonstra a existência de deficiências importantes na acessibilidade da

escola de acordo com a NBR 9050/2015. Dentre os problemas observados estão: problemas na entrada, falta de rampas adequadas, banheiros não adaptados, falta de adequação das salas de aula e problemas que dificultam a mobilidade no ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo enfatiza a importância da acessibilidade nas escolas públicas como um direito fundamental e como um passo crucial para promover a inclusão educacional. A identificação dessas deficiências que comprometem o acesso dos alunos com deficiências físicas e visual na infraestrutura, requer um compromisso significativo com a dedicação e investimento na infraestrutura para a implementação de melhorias e o desenvolvimento de políticas mais eficazes, conforme alinhadas às normas vigentes. É fundamental que as instituições educacionais e o poder público se comprometam com a criação e adaptação de ambientes respeitando e garantindo os direitos de todos os alunos, apesar de suas capacidades sensoriais e físicas.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 08 de mar. 2024.

FERNANDES, N. R. P.; MATSUOKA, J. V.; COSTA, E. S. Avaliação da Conformidade de Rampas de Acesso em Área Urbana: Um Estudo de Caso em Monte Carmelo-MG. **Revista Getec**, [s.l.] v. 7, n. 19, p. 93-107, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/1608>. Acesso em 01 maio, 2024.

GASPAROTO, M.C; ALPINO, A.M. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. **Revista Bras.** ed. Esp. Marília. V.18. n.2. p.338-340, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v18n02/v18n02a11.pdf>. Acesso em: 01 maio, 2024.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 de mar. 2024

BRASIL - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 de mar. 2024.

PEREIRA, M. L. **Acessibilidade arquitetônica para cadeirantes na rede estadual e municipal de educação em Mineiro**. 2013. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Polo Buritis. Universidade de Brasília. Buritis, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20374/1/2017_PatriciaMoreiraSantana_tcc.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

SAAD, A. L. **Acessibilidade**: guia prático para o projeto de adaptações e de novas edificações. São Paulo: Pini, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.utfpr.edu.br/acervo/265456/>. Acesso em: 01 maio, 2024.

SANTANA, P.M. **A acessibilidade da pessoa com deficiência na rede pública de ensino do município de Formoso-MG**. 2017. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Polo Buritis. Universidade de Brasília. Buritis, 2017. Disponível em; https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20374/1/2017_PatriciaMoreiraSantana_tcc.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/56632330-construindo-uma-sociedade-para-todos-livro-sasaki-1-pdf-free.html>. Acesso em: 17 maio 2024.

UNICEF Brasil. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. [s.d.] disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 08 de mar. 2024.